

# A IDENTIDADE COMO PATRIMÔNIO NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL<sup>1</sup> LA IDENTIDAD COMO UN PATRIMONIO EN EL DESARROLLO TERRITORIAL

Marcos Aurelio SAQUET  
 Colegiado de Geografia – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR)  
 Pesquisador do Cnpq  
 E-mail: saquetmarcos@hotmail.com

Michele BRISKIEVICZ  
 Bolsista do PIBIC-Unioeste-Cnpq  
 E-mail: mixi.cheli@hotmail.com

**Resumo:** Neste texto, apresentamos alguns resultados obtidos até então em pesquisas feitas no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). Trabalhamos com três conceitos fundamentais: território, territorialidade e identidade, a fim de orientar pesquisas sobre estes temas e a elaboração de projetos de desenvolvimento territorial que visam preservar e valorizar a identidade simbólico-cultural de certo lugar. Utilizar o conceito de desenvolvimento territorial requer clareza sobre os significados destes conceitos e sobre os componentes do território como processo social, especialmente, neste caso, compreendendo a identidade como um patrimônio da humanidade.

**Resumen:** En este texto, presentamos algunos resultados obtenidos hasta el momento en investigaciones hechas en el ámbito del Grupo de Estudos Territoriais – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). Trabajamos con tres conceptos fundamentales: territorio, territorialidad e identidad, a fin de orientar investigaciones sobre estos temas y elaborar proyectos de desarrollo territorial que busquen preservar y valorar la identidad simbólico-cultural de cierto lugar. Utilizar el concepto de desarrollo territorial requiere claridad sobre los significados de estos conceptos y sobre los componentes del territorio como proceso social, especialmente, en este caso, comprendiendo la identidad como un patrimonio de la humanidad.

**Palavras-chave:** identidade; território; territorialidade; desenvolvimento.

**Palabras-clave:** identidad; territorio; territorialidad; desarrollo.

## **Apresentação**

Este texto contém alguns resultados obtidos através do projeto de pesquisa intitulado *Sobre os conceitos de território e territorialidade: abordagens e concepções*, em andamento desde 2006. Atualmente, contamos com financiamento do Cnpq e da Fundação Araucária (Edital Jovens Pesquisadores – 2006), envolvendo professores e discentes da graduação e da pós-graduação no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (Geterr). Este grupo está vinculado a Unioeste e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Cnpq. Ao mesmo tempo, temos uma frente de estudos sobre a formação territorial do Sudoeste do Paraná, evidenciando aspectos fundamentais da modernização da agricultura, da criação de parques industriais, da agricultura familiar, do crescimento dos equipamentos urbanos em algumas cidades, das migrações e dos processos identitários.

As atividades da pesquisa são feitas no laboratório de pesquisas do Geterr – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão (PR). Para atingir os objetivos de nossas pesquisas, temos feito pesquisa bibliográfica, fichamentos, colóquios internos ao Geterr, coleta de dados secundários (IBGE e IPARDES) e coleta de dados primários, em prefeituras municipais, na EMATER, em livros de registros de casamentos de paróquias do Sudoeste do Paraná e através da realização de

---

<sup>1</sup> Eixo temático 8.

entrevistas. Os dados coletados estão sendo atentamente tabulados e analisados, para posterior representação cartográfica no que se refere aos temas específicos do Sudoeste do Paraná.

Neste texto, reunimos alguns resultados obtidos até o momento, especialmente sobre os conceitos de território, territorialidade, identidade e acerca de traços simbólicos e identitários que caracterizam alguns lugares e que podem ser potencializados através de estratégias de desenvolvimento territorial. Adjetivar o conceito de desenvolvimento, tão “caro” para nós geógrafos e outros pesquisadores de ciências sociais, requer, evidentemente, clareza sobre os significados do conceito de território. Como este conceito é ambíguo e tem uma amplitude considerável, sua conjugação ao conceito de desenvolvimento confere maior complexidade à temática e exige muito cuidado e rigor científico por parte do pesquisador e de outros atores interessados neste debate tão em voga atualmente no Brasil e noutros países.

Antes de tudo, é necessário ter clareza das principais concepções de território e territorialidade e de seus elementos constituintes, como orientação teórico-conceitual, importante nos processos de pesquisa e na elaboração de projetos de desenvolvimento territorial. A opção por esta ou aquela compreensão de território e territorialidade vai direcionar esta ou aquela postura diante do desenvolvimento, dos atores de cada lugar e da geração dos projetos e programas.

Conforme demonstramos a seguir, para nós, o território compreende quatro componentes principais: a) as relações de poder; b) as redes de circulação e comunicação; c) as identidades; d) a natureza. Não há território sem a conjugação destes processos sociais e naturais. Isto significa que, pensar o desenvolvimento por esta perspectiva, requer a consideração destes elementos em cada território. No entanto, em virtude da amplitude da temática, neste texto, evidenciamos a identidade como processo histórico, relacional e patrimônio que pode ser potencializado através de projetos alternativos de desenvolvimento.

### **Território, territorialidade e identidade**

Alguns autores focalizam o território a partir da sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira, como fez Friedrich Ratzel na segunda metade do século XIX, entendendo o território como um fundamento para o incremento da potência e da solidez de cada Estado-nação. É uma abordagem conservadora e eminentemente areal de geografia e do território. Uma concepção similar, identificamos na obra recente de Badie (1996/1995), compreendendo o território como espaço essencial para cada Estado que busca estabilidade em nível internacional. Autor que elabora uma abordagem essencialmente geopolítica, histórica e areal do território.

Numa concepção similar, também na França, Paul Allié focaliza a definição de território numa perspectiva jurídico-política e identifica três *escolas* de tratamento teórico do território como *categoria jurídica*: a) a do território-objeto; b) a do território-sujeito e, c) a do território-função. No território como *objeto do Estado*, o território é considerado o “objeto de um direito especial de soberania, assimilável a um direito real do Estado sobre o solo nacional, distinto do poder deste sobre as pessoas” (Apud HAESBAERT, 1997, p.35). No território como *sujeito do Estado*, o território é um dos elementos constitutivos do Estado, “o modo de existência do Estado no espaço” (Idem, p.12). Já o território como *função do Estado* corresponde a um espaço utilizado como meio (mediador) de ação do Estado.

Noutra *escola*, anglo-saxônica, o geógrafo Robert Sack define o território como área de influência de uma autoridade ou de um grupo de atores sociais que controlam as “coisas” e as pessoas. A territorialidade, nesse sentido, corresponde à tentativa de um grupo ou um indivíduo de influenciar ou controlar outras pessoas e fenômenos. O controle ocorre numa determinada área delimitada por cada grupo social dominante. Essa territorialidade cumpriria, ao mesmo tempo, os papéis de classificação, comunicação e aprisionamento ou controle. O território, desta maneira, é um espaço utilizado para conter, restringir ou excluir pessoas, objetos ou relacionamentos.

Na Suíça, Claude Raffestin, desde os anos 1970, constrói uma argumentação em favor de uma concepção multidimensional de território e da noção de territorialidade, diferente da de Robert Sack e da de B. Badie. O território e a territorialidade ocorrem através da atuação do Estado, porém, acontecem também através de outras ações sociais, efetivadas por empresários, organizações políticas e indivíduos. É uma concepção que consideramos renovada, histórica, crítica e eminentemente reticular, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais. Por isto, é central para nossa pesquisa e retomaremos mais adiante.

No Brasil, segundo Haesbaert (1997), a distinção entre território como instrumento do poder político e espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental e precisa, por isso, ser melhor trabalhada. Há, aí, uma conjugação entre processos simbólico-culturais e político-administrativos, com apropriação e controle.

Rogério Haesbaert, didaticamente, identifica diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes, que são as seguintes: a) a jurídico-política, na qual o “território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (1997, p.39); b) a culturalista que “prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (Idem, p.39); c) a última é a vertente econômica, minoritária que destaca “a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do encontro entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (Ibid, p.40).

Para Rogério Haesbaert, o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social. Há uma conjugação, nessa concepção, entre os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. O território envolve, ao mesmo tempo, mesmo em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos. Rogério Haesbaert, na sua elaboração intelectual, prioriza o caráter político-cultural no estudo do território e da própria identidade.

Conforme Haesbaert (1997), como a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode, às vezes, mudar rapidamente no tempo, ela nunca pode ser vista como unitária. As alteridades sempre adquirem caráter defensivo, transformando-se em marginais ao sistema dominante, adotando definições exclusivistas de suas identidades, separando uns dos outros dependendo de cada situação histórica. Há um processo de relações de alteridade e exterioridade, que diferenciam e identificam as pessoas e os lugares.

Os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais; mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta. Os vários conflitos pela defesa de fronteiras, por exemplo, demonstram que as referências espaciais permanecem relevantes para a definição ou fortalecimento de identidades. A própria memória (coletiva) de um grupo social precisa de uma referência territorial.

O *poder simbólico*, desta maneira, pode fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos, constituindo uma identidade territorial. Esta é definida historicamente. Os territórios e as fronteiras são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais. Para Rogério Haesbaert, não é propriamente o espaço que forma uma identidade, mas a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem e sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade, territorialmente mediada.

Conforme Haesbaert (1997), é possível admitir que existem identidades somente se partimos da concepção de *espaço produzido*, de territorialização como um processo de reprodução social que incorpora uma dimensão concreta e simbólica, inventada e manipulada

pelos interesses de grupos econômicos e políticos que conseguem tornar mais eficazes esses símbolos em suas estratégias de controle e acumulação. O território é constituído de redes: vários territórios têm o controle e a identidade internos garantidos pelas redes hierárquicas ou complementares.

Já Woodward (2000) afirma que as identidades possuem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. Este autor revela que a identidade é relacional e marcada pela diferença que, por sua vez, envolve a exclusão. Também há símbolos entre a identidade das pessoas e as “coisas” que elas usam, ou seja, a construção da identidade é simbólica e social.

As identidades nacionais são específicas e estão localizadas em algum ponto do tempo através de antecedentes históricos. Os povos tentam reafirmar as suas identidades que foram, de alguma forma, perdidas, podendo estar produzindo outras identidades. Assim, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade de certo grupo social.

Conforme este mesmo autor, é através dos símbolos que se dá sentido às práticas e às relações sociais; é por meio da diferenciação social que a classificação das diferenças é vivida nas relações sociais e o sistema classificatório mostra como as relações sociais são organizadas e divididas. A identidade pode ter um caráter mais ou menos duradouro, dependendo das condições de vida de cada grupo social. Os movimentos étnicos ou religiosos, por exemplo, frequentemente reivindicam símbolos ou aspectos de sua história comum para o fundamento de sua identidade. Já nas grandes cidades há, cotidianamente, a incorporação de novos símbolos e signos culturais, políticos e econômicos.

De maneira geral, segundo Woodward (2000), a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e às escolhas identitárias. Os sistemas simbólicos fornecem novas formas para dar sentido à experiência das desigualdades sociais, marcando o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos os dias atuais. A contestação no presente busca justificar a criação de identidades nacionais evocando origens, mitologias e fronteiras do passado. Os conflitos geralmente estão concentrados nas fronteiras onde a identidade nacional é questionada.

Woodward também indica, a partir da abordagem de Stuart Hall, que existem duas formas diferentes de identidades culturais. Uma ocorre quando determinada *comunidade* busca recuperar o seu passado histórico e uma cultura partilhada que pode ser representada reafirmando a identidade. A outra concepção é aquela baseada no reconhecimento entre os indivíduos e nas suas reivindicações comuns. Os processos históricos sustentam a fixação de certas identidades e a geração de novas identidades.

É importante notar, ainda, que a identidade depende da diferença e as diferenças são estabelecidas por sistemas classificatórios inerentes à vida social. Desta maneira, definem-se certas *fronteiras* entre os diferentes grupos sociais, que se distinguem por processos históricos e culturais.

Por fim, cabe ainda destacar que, em Saquet (2003/2001), elaboramos uma abordagem histórica, relacional e multidimensional do território, da territorialidade e da identidade, eminentemente material mas considerando a correlação de unidade objetividade-subjetividade. A partir dessa concepção, estamos compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.

Essa concepção pode ser ratificada e mesmo ampliada por recente produção intelectual de Claude Raffestin (2003). Para este autor, a identidade não é somente um *estado*, mas também e, sobretudo, “(...) um processo de tornar-se similar no interior de uma área territorial, com mesmas imagens, ídolos, normas. (...) Um processo dinâmico de identificação que se faça reconhecer ao outro” (p.4). A identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo, no mesmo ou em lugares diferentes, como ocorre através das migrações.

Os homens, através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam suas identidades. Há uma sucessão de identidades. Aquelas que se *cancelam* e se *desagregam*, deixam traços materiais e imateriais. Em Pato Branco/PR, por exemplo, identificamos algumas práticas culturais e identitárias que são reproduzidas por descendentes de poloneses, como alguns pratos típicos: *czarnina* (sopa de sangue de pato), *pierogi* (pastel de requeijão), *chrusciki* (calça virada ou também conhecida como *ceroula*, língua de sogra), *placek* (cuca), *bigos* (repolho com costelinha defumada), *pierniczki drobne* (docinhos de natal), *zupa grochowa* (sopa de ervilha seca), *szarlotka-placekz* (bolo de maçã), *babka makowa* (bolo de papoula), *serniK* (torta de requeijão) etc.. Algumas famílias também mantêm a cultura do *pisanki*, que é a pintura de ovos, tradição marcante na comemoração da páscoa. Os ovos são cozidos e recebem o nome da pessoa que irá recebê-los além de estrelas, cruzeiros, sol, galos e outros símbolos que transmitem os desejos de riqueza, boa saúde, amor, caridade, fertilidade e longa vida. São símbolos e crenças, valores identitários que se constituem num patrimônio.

Essa é apenas uma ilustração, pois existem muitas outras dos descendentes de alemães, dos caboclos, dos negros, dos descendentes de japoneses, portugueses... juntamente com a incorporação quotidiana de novos hábitos e elementos, como o uso da tv, da antena parabólica, de alimentos *fast food* etc..

Conforme Raffestin (2003), a identidade e as imagens antecedem a formação de cada território, a territorialização. São ações sociais históricas que são reproduzidas por cada geração. Porém, as *imagens identitárias* e as *territoriais* se relacionam, conforme a linguagem *disponível* (para as diferentes sociedades). Isto significa que presente e passado se condicionam mutuamente, como afirmamos e demonstramos em Saquet (2003/2001).

Vale notar, ainda, a proposição de Claude Raffestin para identificar os territórios formados com os processos culturais, identitários e outros aspectos da vida cotidiana, como segue:

a) *O território do cotidiano*: é o território atual, de todos os dias, no qual se garante a satisfação das necessidades. É caracterizado mais pelas discontinuidades e, por isso, pode ser considerado um *arquipélago de lugares* isolados uns dos outros. “O território do cotidiano é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original [...], previsível e imprevisível [...], território dos fatos de crônica [...]” (RAFFESTIN, 2003, p.6-7).

b) *O território das trocas*: há uma articulação entre o regional, nacional e internacional através da circulação de mercadorias. O território é aberto e fluído e está em constante movimento de mudanças.

c) *O território de referência*: é material e imaterial; histórico e imaginário, subjetivo (memória individual e/ou coletiva). “O território de referência é justamente aquele dos antecedentes” (Idem, p.7). Não é o território que se habita, mas aquele que se habitou ou se conhece através de leituras e da memória. São imagens que nutrem a identidade atual.

d) *O território sagrado*: está ligado à religião e à política, como ocorre em Jerusalém e Roma. Nas festas e cerimônias também se efetivam sacralidades, territorialidades, rituais que caracterizam traços identitários.

Entre esses territórios, há interfaces e sobreposições em virtude da complexidade de relações que efetivamos todos os dias, ou seja, das múltiplas atividades e territorialidades, de maneira similar ao que demonstramos e propugnamos em Saquet (2003/2001 e 2002). As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios.

Podemos lembrar, nesse sentido, de cristalizações históricas seculares e identitárias ocorridas, por exemplo, na Itália: Orvieto (artesanato), Bardolino (vinhos), Florença (artes), Parma (queijos e presuntos), Sant'Angelo in Vado (artesanato), Maróstica (praça com a parte central desenhada na forma de um tabuleiro de xadrez), Bassano (castelos, vinhos), entre tantos outros que poderíamos citar, não somente da Itália, mas também da Espanha, Alemanha, França, Brasil, Suíça etc.. São todas atividades, processos e ações historicamente instituídas formando os lugares, as identidades, enfim, o que estamos denominando, juntamente com Magnaghi (2000), de patrimônio territorial. São permanências significativas que marcam cada lugar.

Sucintamente, território, territorialidade e identidade estão em complementaridade. Independente da concepção predominante, a identidade é relacional e histórica. Na abordagem cultural há centralidade para a coexistência e para a unidade das relações sociais; na abordagem que denominamos de (i)material, além deste aspecto, o caráter histórico também assume centralidade envolvendo elementos e processos culturais, econômicos e políticos.

### **Desterritorialização, reterritorialização e identidade**

A identidade também ocorre no processo de migrações e outras transformações territoriais, ou seja, ela também se efetiva quando acontecem mudanças sociais que podemos resumir na desterritorialização e na reterritorialização. Nestes dois processos há interligação e complementaridade, conforme verificamos estudando a migração italiana no Rio Grande do Sul e a colonização *gaúcha* no Sudoeste do Paraná. Há, sucintamente, mesmo com as mudanças sociais no mesmo ou entre lugares diferentes, elementos que se reproduzem criando novas territorialidades e identidades através da incorporação de novos elementos sociais.

Um autor que nos orienta a pensar dessa forma é Claude Raffestin, já citado, que se dedicou a estudar o conceito de território e a correlação territorialização-desterritorialização-reterritorialização (*T-D-R*). Para esse autor, em *Por uma geografia do poder*, o território corresponde a um reordenamento do espaço, no qual existe um sistema informacional utilizado pelo homem enquanto pertencente a uma cultura. No território há informação e comunicação que comandam nos nossos dias e as relações sociais do processo de *T-D-R*.

A título de demonstração, destacamos alguns aspectos da identidade italiana na Colônia Silveira Martins, iniciada em 1878 nas proximidades de Santa Maria/RS. Nesta colônia agrícola, os italianos reproduzem elementos e características de seu modo de vida imediatamente anterior, o que apresentamos em Saquet (2003/2001). Aqui, resumimos no que segue:

- a) Produtos agrícolas: milho, trigo, arroz, aveia, cevada, uva etc.; artesanais: fabricação de vinho, serrarias, sapatarias, moinhos, ferrarias, entre outras; atividades comerciais: alguns italianos que migraram já haviam exercido o papel de negociantes, intermediando relações de compra e venda. Assim, criam os primeiros estabelecimentos mercantis (chamados de *vendas*) em Silveira Martins, Nova Palma e Ivorá.
- b) Elementos da vida cultural: alimentação (polenta, massas, vinhos, salame, queijos...), objetos da vida diária (como mesas, cristaleiras... específicas), práticas religiosas ligadas ao catolicismo (igrejas/templos, santos, capitéis, canções, festas etc.), os dialetos (vêneto e friulano, principalmente). Criaram, dessa forma, as chamadas *linhas*, como Vale Vêneto, Val Veronês, Novo Treviso, Val Feltrina, Nova Údine, Val de Búia, lembrando e homenageando alguns dos lugares de origem de muitas famílias.
- c) Formaram associações de ajuda mútua (desde a década de 1880) e pequenas cooperativas para comercialização da produção agrícola, entre outras iniciativas políticas, culturais e econômicas.

Eles substantivaram territórios culturais, identitários; políticos, de mando e dominação; econômicos, de apropriação e controle na ciranda mercantil. Territórios sobrepostos e ligados. Um território articulado a outros territórios, através de redes que também são políticas, econômicas e culturais. Ao mesmo tempo, na reterritorialização, reconstruíram suas identidades.

As chamadas *linhas* estiveram na base da apropriação e produção territorial inicial. “A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria LINHA que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social, segundo o modelo de seus vilarejos natais. A mata virgem e a falta de estradas dificultavam o contato com outras LINHAS e com outras sociedades” (MANFROI, 1975, p.116). A formação de grupos ou associações foi uma reação diante da pobreza e do abandono, centrada na religião católica e nas raízes italianas.

Em cada *núcleo* (Ivorá, Nova Palma, Novo Treviso, Vale Vêneto e Arroio Grande) e mesmo nas principais *linhas* da Colônia Silveira Martins, substantivaram-se territórios sobrepostos sob o comando dos comerciantes, principalmente, e a partir das diferenças culturais, presentes em decorrência da diversidade das províncias de origem, em que a produção artesanal assumiu um papel complementar na economia local e menos dinâmico, mas de vital importância, principalmente até a década de 1920, pois supria parte da demanda local.

A religiosidade, juntamente com o trabalho, teve centralidade na reterritorialização, como territorialidade e componente da identidade italiana. Nos primeiros anos de apropriação e colonização, já edificaram capelas e igrejas; as casas de madeira e/ou pedra *grês*, a *venda*, as clareiras na mata nativa para fazer os cultivos agrícolas, atividades ligadas à reprodução biológica e social dos migrantes. Organizam o território, aos poucos, ao seu modo, com base em seus saberes e experiências reproduzidos em relação à forma de vida que tinham no norte da Itália até o momento da emigração para a América.

Detalhando nosso olhar, verificamos que, conforme dados que divulgamos em Saquet (2003/2001), do total de 1.412 famílias proprietárias (entre 1878 e 1891) nas vilas e/ou no espaço agrário da Colônia Silveira Martins, 88,3% eram italianas, 7,7% brasileiras, 3,6% alemãs, 0,3% francesas e 0,1% suíças. Das famílias italianas, identificamos as respectivas províncias em 1.208 delas e predominam as que vieram das províncias de Treviso com 28,6% (346 famílias), Vicenza com 19,5% (235), Údine com 11% (134), Verona com 8,5% (103), Belluno com 6,8% (82), Trento com 6,4% (77), Pádua com 5,5% (66) e Mântova com 4% (50). Isso significa um predomínio, na Colônia Silveira Martins, das famílias oriundas das regiões do Vêneto (70%), do Friuli-Veneza Giulia (14,4%), Trentino-Alto Adige (6,5%) e da Lombardia (5%). É desses lugares que os italianos trouxeram, para o Brasil, conhecimentos e experiências, desejos, instrumentos de trabalho, símbolos e signos culturais, que tentaram reproduzir no Rio Grande do Sul e noutros lugares, através da migração de seus descendentes.

No Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, por exemplo, conseguimos identificar traços importantes da reprodução cultural e identitária dos migrantes *gaúchos* descendentes de alemães e italianos, juntamente com características dos descendentes de poloneses mencionados anteriormente, como segue: a) muitas famílias falam alguns dialetos, principalmente os descendentes de alemães; b) alimentação: é o que mais se destaca, acima de tudo, entre os descendentes de italianos: polenta, salames, vinhos...; c) músicas; d) danças (através de grupos com professores específicos para tal); e) religião católica e protestante; f) leitura de livros e revistas; g) experiências associativas/cooperativas; h) algumas práticas agrícolas (videiras); i) ideologia do trabalho; j) produção artesanal: queijos, salames, massas, serrarias, vinhos, moinhos, ferrarias etc.. São componentes e processos identitários reproduzidos como um patrimônio centrado na religiosidade e no trabalho, sem considerar, geralmente, o caráter exploratório e de submissão envolvido na atuação das igrejas e concretizado nas relações de trabalho.

Contraditoriamente, identificamos mudanças profundas na vida desses migrantes, principalmente em razão de três processos correlatos ocorridos a partir dos anos 1970-80: a) o processo de industrialização em alguns municípios do Oeste de Santa Catarina, como Chapecó, e do Sudoeste do Paraná, como Francisco Beltrão e Pato Branco; b) urbanização; c) modernização

da agricultura. Há uma complexidade social sempre mais intensa, que transforma e subordina elementos e relações ditas *tradicionais* à vida mais individualizada, veloz e heterogênea do mundo moderno.

No entanto, as atividades reproduzidas são várias.

Recentemente também estudamos a produção artesanal de alimentos em alguns municípios do Sudoeste do Paraná (que denominamos de agroindústrias familiares), tais como Coronel Vivida, Francisco Beltrão e Planalto. Em Francisco Beltrão, por exemplo, há uma produção considerável de leite pasteurizado, açúcar mascavo, melado de cana, queijos, salames, pães, cucas, doces, bolachas, mel, frangos e aguardente. Em trabalho de campo realizado em 10 unidades produtivas, constatamos alguns aspectos centrais desse tipo de produção: a) são, no geral, pequenos pedaços de terras (no caso dos estabelecimentos rurais estudados o tamanho médio é de 16 hectares); b) algumas unidades são recentes, porém, muitas remontam ao período de maior intensidade da colonização efetiva realizada entre 1943 e 1970; c) dos 10 entrevistados, 8 são oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e da Alemanha, todos descendentes de alemães, italianos ou poloneses.

E esse é um traço fundamental, como mencionamos anteriormente, pois os migrantes e colonizadores do Sudoeste do Paraná, a partir dos anos 1940, eram provenientes, na maioria, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes dos imigrantes europeus que ocuparam efetivamente aqueles estados a partir de 1824, marco do início da imigração alemã no Sul do Brasil. Esses migrantes reproduziram traços fundamentais de suas vidas cotidianas, tanto na produção agropecuária como na cultura e na organização política, determinando formas e conteúdos bem específicos na formação do Sudoeste do Paraná.

Em Francisco Beltrão (PR), a unidade produtiva familiar denominada *Salames Reolon*, de propriedade (15 ha) de Adair Reolon, descendente de italianos cuja família migrou de Passo Fundo/RS no início da década de 1960 (EDUARDO, 2004), serve para ilustrar o que estamos argumentando. Adair possui uma agroindústria familiar cuja atividade consiste em abater bovinos, suínos e produzir salames. Eles aproveitam as potencialidades da propriedade efetuando a prática da piscicultura, criando suínos, cultivando soja e cana-de-açúcar, além de outros produtos de subsistência, como mandioca e verduras.

Essa atividade produzia, em 2004, por mês, cerca de 1.000 kg de salames, 150 kg de lingüiças, 200 kg de banha e 200 kg de costelinha de porco. A carne era adquirida no próprio município e em Bom Sucesso do Sul (PR) e a produção era vendida em supermercados locais e na feira livre de Francisco Beltrão. Os instrumentos de trabalho eram de propriedade da família: freezer, guincho elétrico, serra elétrica, câmara fria, tubo de embutir, moedor, além de outros utensílios domésticos utilizados no processo produtivo. Apesar de configurar uma produção bastante simples e artesanal, Adair Reolon, ao ser entrevistado, comentou o alto custo e a concorrência de produtos industrializados, como elementos que dificultam a reprodução da família com base nessa atividade.

De maneira mais geral, em Damo, Eduardo e Saquet (2005), identificamos as principais dificuldades encontradas por pequenos produtores artesanais e familiares, nos municípios de Planalto e Francisco Beltrão, ambos do Sudoeste do Paraná: a) a falta de incentivos financeiros e fiscais para as atividades rurais de pequeno porte; b) o estado precário de conservação das estradas de acesso ao *interior* dos municípios; c) o alto índice de clandestinidade existente, em detrimento de quem é fiscalizado pelos técnicos das prefeituras municipais; d) ausência ou precariedade da assistência técnica prestada; e) a falta de orientação técnica e cursos de formação específicos para a produção familiar; f) as inúmeras exigências da vigilância sanitária e a demasiada burocracia existente; g) falta de conhecimento técnico quanto à manipulação das matérias-primas e padronização dos produtos. A maioria, de acordo com as entrevistas realizadas, está com dificuldades para se reproduzir como produtores agrícolas e artesanais familiares. Muitas são, no geral, pequenas unidades com técnicas rudimentares, mercado limitado, debilidade na gestão etc..



Esses são alguns limites efetivos encontrados pelos agricultores e artesãos que estudamos, impostos pela dinâmica de reprodução do capital, juntamente com a falta de uma política pública mais clara e consistente para os agricultores familiares e com o desconhecimento mais preciso da lógica de mercado, o que os remete a um processo de subordinação quando comercializam a produção através dos intermediários. Porém, como a abordagem territorial que estamos apresentando e construindo exige uma postura política clara, é necessário, a partir do exposto, um processo de pesquisa mais completo e o envolvimento direto dos pesquisadores em projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades e os demais componentes de cada território num processo contínuo de conquistas sociais.

Além disso, essa problemática revela limites e contradições que fazem parte dos processos identitários. Há um patrimônio construído que precisa ser valorizado e pode ser potencializado para o desenvolvimento territorial considerando a multidimensionalidade, ou seja, os elementos culturais, econômicos, políticos e ambientais, como afirmamos anteriormente. E isso é fundamental como estratégia de desenvolvimento, mostrando e explicando os processos degradantes e exploratórios e, ao mesmo tempo, subsidiando a definição participativa de projetos e programas de desenvolvimento com mais justiça social.

### **Considerações finais**

As identidades são produtos dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade. A identidade, desta maneira, configura-se num patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos diretamente na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem ‘viver’ esse patrimônio. O território, então, envolve esse patrimônio identitário: o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas... que pode ser potencializado em projetos e programas desenvolvimento que visem sua preservação e valorização.

Território, territorialidade e identidade acontecem simultaneamente e, nesta concepção, há um condicionamento mútuo também entre território-identidade-desenvolvimento. Dependendo do caráter do projeto de desenvolvimento, haverá preservação ou não dos traços identitários e simbólicos de cada território. Poderá acontecer, também, uma conjugação entre permanências e mudanças, isto é, entre identidades reproduzidas e novas identidades incorporadas aos hábitos e comportamentos cotidianos de certo grupo social.

Compreender a identidade, desse jeito, significa, necessariamente, apreendê-la num contexto de formação histórica e como um componente do território, juntamente com outros elementos fundamentais que evidenciamos anteriormente e que, juntos, constituem o patrimônio de cada território e da humanidade no seu conjunto. Desenvolvimento territorial significa considerar, tanto no nível teórico como no *real*, os componentes do território e da territorialidade numa concepção renovada histórico-crítica e o desenvolvimento como processo histórico de luta pela conquista de melhores condições de vida, seja no campo seja na cidade.

Concordamos, nesse aspecto, com a argumentação de Dematteis (2008), quando afirma que organização política dos atores em certo território é considerada um recurso endógeno que as políticas gerais de desenvolvimento devem conhecer, orientar e governar. Esse recurso precisa ser analisado numa abordagem territorial comprometida com a transformação social, identificando-se as territorialidades que podem ser potencializadas para a governança local interagida às instâncias regionais, nacionais e internacionais. É necessário, por esse raciocínio, ativar e orientar processos de desenvolvimento silenciados historicamente.

A identidade, entre outros processos, corresponde a uma pré-condição subjetiva e objetiva que, com estímulos oportunos e com ações de *governança*, pode contribuir para um processo de desenvolvimento com certa autonomia para os atores de diferentes níveis sociais, especialmente para os mais necessitados e desamparados pela ação do Estado em países como o Brasil.

**Referências:**

- BADIE, Bertrand. **La fine dei territori**. Trieste: Asterios Editore, 1996 (1995).
- DAMO, Daniela; EDUARDO, Márcio; SAQUET, Marcos. Agroindústria familiar no Sudoeste do Paraná: recortes de Francisco Beltrão e Planalto. In: ALVES, A.; FLÁVIO, L.; SANTOS, R. (Org.). **Espaço e território**. Interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005. p.125-139.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema local territorial (Slot): um instrumento para representar, ler e transformar o território. Tradução de Marcos Saquet. In: ALVES, A.; CANDIOTTO, L. e CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.
- EDUARDO, Márcio. **A (agro)indústria em Francisco Beltrão**. Bacharelado em Geografia (monografia), UNIOESTE, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste**. RJ: EDUFF, 1997.
- LANDO, Aldair e BARROS, Eliane. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 9-46.
- MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no RS – implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: IEL/Grafosul/DAC/SEC, 1975.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. SP: Ática, 1993.
- RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003. p.3-11.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o RS** (Vol. I e II). Porto Alegre: Globo, 1969.
- SAQUET, Marcos. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2002.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001.
- WACHOWICZ, Ruy. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença, a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.p.7-72.